



Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES)

Relatório por País de 2019

Portugal

Sobre o IDES

A Comissão Europeia tem vindo a acompanhar desde 2015 a competitividade digital dos Estados-Membros através dos relatórios do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES). O conjunto de relatórios inclui os perfis nacionais e os capítulos temáticos.

Os relatórios por país do IDES combinam provas quantitativas dos indicadores IDES nas cinco dimensões do índice, com uma visão política e das boas práticas específicas de cada país. É anexado aos relatórios um capítulo aprofundado das telecomunicações relativo a cada Estado-Membro.

Os capítulos temáticos apresentam uma análise a nível europeu da conectividade em banda larga, das competências digitais, da utilização da Internet, da digitalização das empresas, dos serviços públicos digitais, do setor das TIC e das suas despesas de I&D, bem como a utilização pelos Estados-Membros dos fundos Horizonte 2020.

A fim de melhorar a metodologia e ter em conta os desenvolvimentos tecnológicos mais recentes, foram introduzidas algumas alterações no IDES de 2019. O IDES abrange agora:

- *Grau de preparação 5G,*
- *Competências digitais mais avançadas,*
- *Nível elementar mínimo de competências em matéria de software,*
- *Mulheres especialistas em TIC,*
- *Licenciados em TIC,*
- *Pessoas que nunca utilizaram a Internet,*
- *Redes sociais profissionais,*
- *Cursos em linha,*
- *Consultas e votações em linha,*
- *Indivíduos que vendem em linha,*
- *Megadados,*
- *Intercâmbio de dados médicos e*
- *Prescrições eletrónicas.*

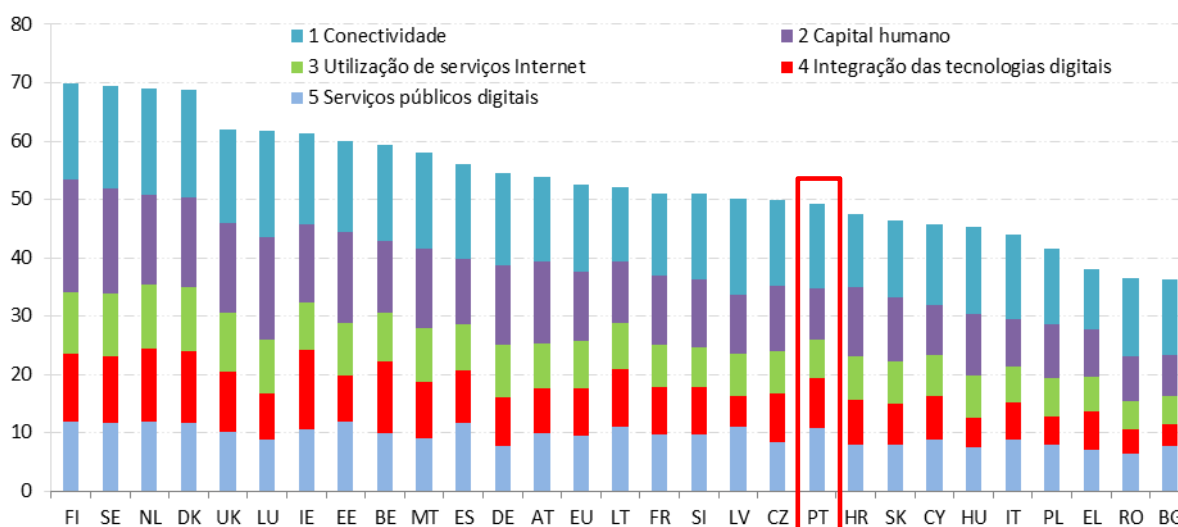
O IDES foi recalculado relativamente aos anos anteriores para todos os países, a fim de refletir as alterações acima referidas na escolha de indicadores e as correções dos dados subjacentes. As pontuações e classificações por país podem, assim, ter sido alteradas em comparação com as publicações anteriores.

Para mais informações, consultar o sítio Web do IDES: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>.

Panorâmica de Portugal

	Portugal		UE
	classificação	pontuação	pontuação
IDES 2019	19	49,2	52,5
IDES 2018	19	46,8	49,8
IDES 2017	17	44,6	46,9

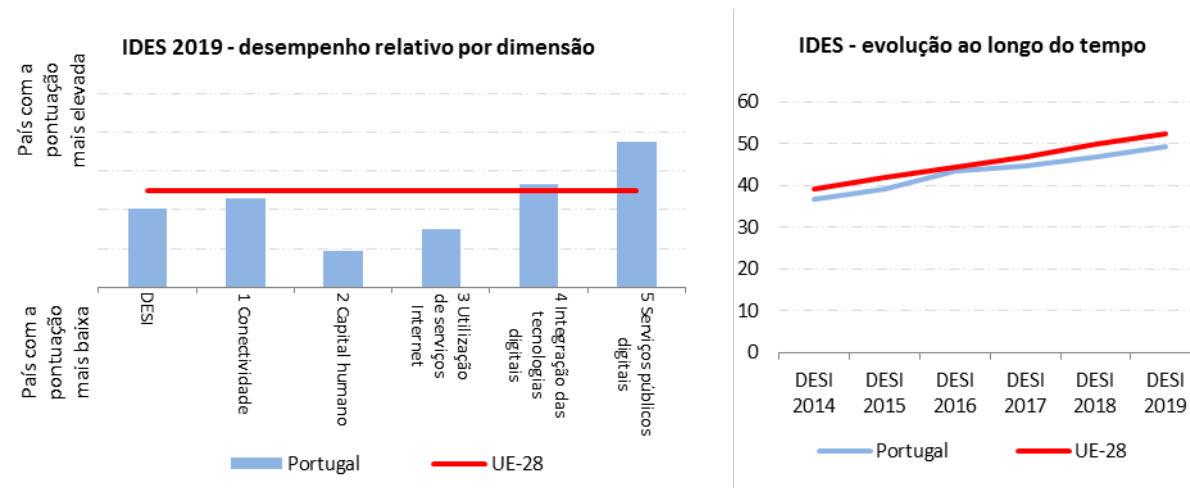
Classificações do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) de 2019



Portugal ocupa o 19 lugar entre os 28 Estados-Membros da UE no Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES) da Comissão Europeia de 2019. Em comparação com a edição anterior do IDES, o país registou uma pontuação ligeiramente melhor a nível global, bem como em quatro das cinco dimensões consideradas, mas não melhorou a sua classificação. A melhoria mais significativa corresponde à dimensão dos Serviços públicos digitais (o melhor desempenho de Portugal), impulsionada por um aumento considerável da percentagem de utilizadores da administração pública em linha. Registaram-se igualmente progressos na dimensão da Conectividade, graças a uma melhoria das taxas de utilização dos serviços de banda larga ultrarrápida fixa e móvel. O país tem um fraco desempenho nas dimensões de Capital humano e de Utilização dos serviços Internet, o que se explica, em parte, pelo número relativamente elevado de pessoas que não utilizam regularmente a Internet.

A Agenda Digital para Portugal, que foi adotada em 2012 e posteriormente atualizada, procura melhorar a conectividade em banda larga e responder aos desafios sociais; por exemplo, prestar melhores serviços públicos aos cidadãos, promover a mobilidade inteligente, o emprego, o comércio eletrónico e a economia digital e reduzir o fosso digital entre as regiões urbanas e periféricas. Foi

lançada em 2017 a Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública¹. Também em 2017, Portugal lançou duas iniciativas políticas abrangentes sobre as competências digitais e a digitalização da economia: respetivamente, INCoDe.2030² (que também funciona como a coligação nacional portuguesa no contexto da Coligação para a Criação de Competências e Emprego na Área Digital) e Indústria 4.0. A aplicação de ambas prosseguiu durante o ano de 2018.

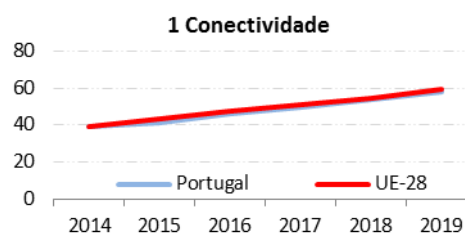


¹ <https://www.tic.gov.pt/>

² <https://www.incode2030.gov.pt/incode2030>

1 Conectividade

1 Conectividade	Portugal		UE
	classificação	pontuação	pontuação
IDES 2019	18	57,9	59,3
IDES 2018	17	53,6	54,8
IDES 2017	18	49,9	51,2



	IDES 2017	Portugal		UE	
	valor	IDES 2018	valor	IDES 2019	valor
1a1 Cobertura da banda larga fixa	94 %	93 %	94 %	23	97 %
% de agregados familiares	2016	2017	2018		2018
1a2 Adesão à banda larga fixa	68 %	72 %	74 %	16	77 %
% de agregados familiares	2016	2017	2018		2018
1b1 Cobertura 4G	93 %	94 %	96 %	16	94 %
% de agregados familiares (média dos operadores)	2016	2017	2018		2018
1b2 Adesão à banda larga móvel	55	65	70	27	96
Assinaturas por cada 100 pessoas	2016	2017	2018		2018
1b3 Cobertura 5G	ND	ND	0 %	13	14 %
Espectro atribuído em % do total do espectro 5G harmonizado			2018		2018
1c1 Cobertura da banda larga rápida (NGA)	67 %	72 %	76 %	22	83 %
% de agregados familiares	2016	2017	2018		2018
1c2 Adesão à banda larga rápida	43 %	51 %	56 %	7	41 %
% de agregados familiares	2016	2017	2018		2018
1d1 Cobertura da banda larga ultrarrápida	ND	72 %	76 %	13	60 %
% de agregados familiares		2017	2018		2018
1d2 Adesão à banda larga ultrarrápida	25 %	35 %	50 %	2	20 %
% de agregados familiares	2016	2017	2018		2017
1e1 Índice de preços da banda larga	69	72	78	21	87
Pontuação (0 a 100)	2016	2017	2018		2017

Portugal ocupa o 18.º lugar na dimensão de conectividade do IDES 2019. Portugal tem uma boa cobertura de banda larga ultrarrápida (76 % dos agregados familiares, em comparação com uma média da UE de 60 %) e adesão (50 %, em comparação com uma média da UE de 20 %). A taxa de utilização da banda larga fixa aumentou de 72 % em 2017 para 74 % em 2018, reduzindo a diferença em relação à média da UE (77 %). Embora se tenha verificado uma melhoria substancial na adesão à banda larga móvel (de 65 assinaturas por cada 100 pessoas em 2017 para 70 em 2018), continua a registar-se um atraso em relação à média da UE (96 assinaturas por cada 100 pessoas). Apesar de uma melhoria do índice de preços da banda larga em 2018, Portugal continua a ocupar o 21.º lugar. No entanto, no que se refere a esta classificação, é de notar que os pacotes convergentes (ou seja, incluindo a Internet fixa e móvel e serviços de voz) são o método mais representativo utilizado pelos operadores para vender serviços de comunicações eletrónicas em Portugal. A cobertura móvel 4G atingiu 96 %, dois pontos percentuais acima da média da UE. Os preços das comunicações móveis em

banda larga para telemóveis³ diminuíram no último ano (de 29,8 para 25,7 EUR), mas estão ainda acima da média da UE (22,3 EUR).

O investimento e a concorrência entre operadores privados continuam a impulsionar a expansão da banda larga. No entanto, as autoridades portuguesas continuam a acompanhar projetos em zonas rurais que beneficiaram de auxílios estatais no passado. Em maio de 2018, a autoridade reguladora nacional, a ANACOM, reviu as tarifas grossistas de acesso a estas redes rurais e propôs ao Governo uma redução entre 30 % e 66 % das ofertas da Fibroglobal. Além disso, a ANACOM propôs que a oferta de fluxo contínuo de dados da Fibroglobal fosse alargada a velocidades de 200 Mbps, 400 Mbps ou 1 Gbps e que fosse introduzida uma funcionalidade multidifusão. A proposta foi analisada pelo Governo e foi tomada uma decisão final em abril de 2019. Como os cabos submarinos que ligam Portugal continental, os Açores e a Madeira chegam ao fim da sua vida útil em 2024/2025 (Columbus III em 2024 e Atlantis-2 em 2025), o orçamento de Estado para 2019 aprovado em outubro de 2018 pelo Parlamento português prevê que o Governo tome as medidas necessárias para manter a conectividade entre o Continente e as Regiões Autónomas (Madeira e Açores) e entre as ilhas dessas regiões.

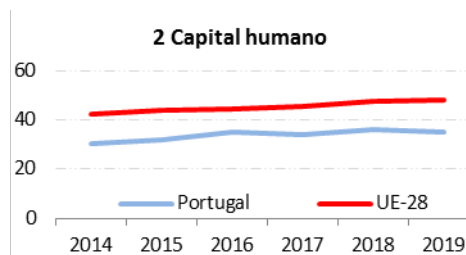
No que diz respeito à tecnologia 5G, em março de 2018, a ANACOM lançou uma consulta pública sobre a atribuição da banda de 700 MHz. Em julho, publicou o roteiro nacional para a disponibilização da banda dos 700 MHz. A disponibilização da banda, que deverá ter início no último trimestre de 2019 e estar concluída até ao final de maio de 2020, exige a migração da televisão digital terrestre, a TDT, para uma nova banda de frequências. O roteiro nacional inclui a adoção do cenário de migração mais simples, mediante a manutenção das tecnologias atuais e sem necessidade de qualquer período de transmissão simultânea. A atribuição das bandas 3,4-3,8 e 26 GHz foi igualmente objeto de consulta. Existem dois operadores com direitos de utilização dos 200 MHz na banda de 3,4-3,6 GHz até 2024-2025. Portugal está a estudar os cenários possíveis para reorganizar e permitir a utilização de blocos suficientemente grandes nesta banda até 31 de dezembro de 2020. A partir do primeiro trimestre de 2019, Portugal tinha atribuído 36 % do total do espectro de 2 090 MHz harmonizado a nível da UE para a banda larga sem fios.

Portugal tem um bom desempenho na implantação da conectividade de banda larga rápida e ultrarrápida. Ainda é necessário um esforço suplementar para assegurar que a banda larga rápida (até 2020) e a banda larga ultrarrápida (até 2025) chegam a todos os agregados familiares, incluindo os das zonas rurais. Os preços da banda larga móvel continuam a ser um desafio. As autoridades públicas estão a preparar o terreno para a implantação da tecnologia 5G.

³ Pacote 1 GB + 300 chamadas.

2 Capital humano

2 Capital humano	Portugal		UE
	classificação	pontuação	pontuação
IDES 2019	23	35,2	48,0
IDES 2018	23	36,2	47,6
IDES 2017	23	34,2	45,4



	Portugal				UE
	IDES 2017 valor	IDES 2018 valor	IDES 2019		IDES 2019 valor
2a1 Nível elementar mínimo de competências digitais % pessoas	48 % 2016	50 % 2017	50 % 2017	20	57 % 2017
2a2 Competências digitais mais avançadas % pessoas	28 % 2016	31 % 2017	31 % 2017	16	31 % 2017
2a3 Nível elementar mínimo de competências em matéria de software % pessoas	52 % 2016	55 % 2017	55 % 2017	19	60 % 2017
2b1 Especialistas em TIC % total de empregados	2,3 % 2015	2,4 % 2016	2,2 % 2017	26	3,7 % 2017
2b2 Mulheres especialistas em TIC % Emprego feminino	0,7 % 2015	0,8 % 2016	0,7 % 2017	27	1,4 % 2017
2b3 Licenciados em TIC % de licenciados	1,2 % 2014	1,2 % 2015	1,2 % 2016	27	3,5 % 2015

Na dimensão do capital humano do IDES, Portugal ocupa o 23.º lugar entre os 28 Estados-Membros e apresenta uma pontuação significativamente inferior à média da UE. Em 2017, metade da população portuguesa carecia de competências digitais básicas e cerca de 30 % não tinha quaisquer competências digitais (sendo a média da UE de 43 % e 17 %, respetivamente). Esta situação está, em grande medida, associada ao facto de muitas pessoas nunca terem utilizado a Internet (ver secção 3). Além disso, Portugal continua a apresentar uma das mais baixas percentagens de profissionais com competências especializadas em TIC no emprego total na UE: 2,2 % em 2017 contra uma média da UE de 3,7 %. Na mesma ordem de ideias, a percentagem de especialistas em TIC no emprego total das mulheres é aproximadamente metade da média da UE e a percentagem de licenciados em TIC no número total de licenciados é muito reduzida relativamente aos padrões da UE.

No último ano, foram empreendidas várias iniciativas destinadas a melhorar as aptidões e competências digitais, sobretudo no contexto do INCoDe.2030, a iniciativa nacional do país neste domínio. Incluem, nomeadamente, a definição de um plano de trabalho para Capacitar i4.0, que procura integrar a INCoDe.2030 e a Indústria 4.0 (estratégia de Portugal para modernizar o seu tecido produtivo através da digitalização) e aumentar a preparação digital. Implica o desenvolvimento de uma série de instrumentos de avaliação e de atividades de reforço das capacidades. Além disso, foi afetada uma dotação financeira de 20 milhões de EUR (para 2018-2019) a intervenções de formação, incluindo módulos de TIC obrigatórios, para desempregados com qualificações baixas (Vida Ativa Qualifica+). Estão também em curso iniciativas promissoras para

promover a inclusão digital, como as Comunidades Criativas para a Inclusão Digital, que visam o desenvolvimento das competências digitais de grupos vulneráveis (ver Destaque 2019 infra) e o desenvolvimento de um plano de ação para reduzir as disparidades entre homens e mulheres em tecnologias digitais, em consonância com as ações da UE neste domínio. Em 2018, um bom número de escolas e outras organizações participaram na Semana Europeia da Programação, um⁴ movimento de base para incentivar as pessoas de todas as idades a programar. Foram organizados mais de 140 eventos em Portugal, atraindo cerca de 18 000 participantes.

Os défices de competências digitais continuam a ser um dos principais obstáculos de Portugal para atingir os seus objetivos políticos em termos de coesão social e de competitividade económica. A implementação e a ampliação em tempo útil das iniciativas existentes, algumas das quais na fase-piloto, serão cruciais neste contexto.

Destaque de 2019: Desenvolver uma rede de Comunidades Criativas para a Inclusão Digital

As Comunidades Criativas para a Inclusão Digital, que existem desde março de 2018, são o projeto emblemático no âmbito do Eixo 1 da INCoDe.2030 (*Inclusão*). Segue uma abordagem colaborativa e participativa para eliminar os obstáculos à inclusão digital, como as desigualdades socioeconómicas, o sexo, a idade, necessidades especiais e fatores culturais (por exemplo, pessoas oriundas de grupos minoritários, migrantes). Estão a ser desenvolvidas dez Comunidades em todo o país em torno dos cinco modelos seguintes:

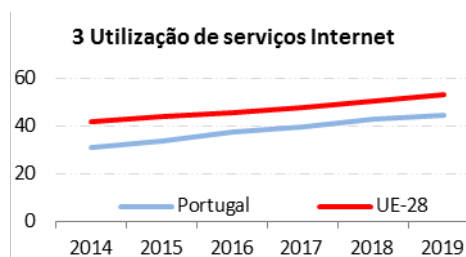
- *Planos municipais de inclusão digital*: com os municípios como entidades ativadoras e envolvendo as partes interessadas a nível local (normalmente, cerca de 100 beneficiários)
- *Móvel*: ações de formação orientadas para pessoas com dificuldades de mobilidade, geralmente devido à idade e em combinação com fatores geográficos e de isolamento
- *Intergeracional*: envolvendo, em geral, dois grupos diferentes; por exemplo, os estudantes do ensino superior, que orientam jovens e crianças, ou os jovens que prestam aconselhamento a idosos para que estes possam «entrar na era digital»
- *Iniciativas de inclusão digital em fase de arranque*: com as grandes organizações (por exemplo, as fundações) como ativadores que cooperam com organismos de menor dimensão, como as escolas, para promover o desenvolvimento de Comunidades.
- *Redes*: integração de aspetos digitais nas atividades das redes existentes numa série de setores

Comunidades Criativas para a Inclusão Digital têm 750 beneficiários diretos no momento da redação do presente documento, com um total de 40 mentores envolvidos. Além disso, o projeto serviu para desenvolver programas de formação em domínios como a formação certificada de tutoria, seminários de mentoria de jovens e formação de professores em matéria de inclusão digital. Neste contexto, foram igualmente desenvolvidos instrumentos de levantamento, avaliação e acompanhamento.

⁴ <https://codeweek.eu/>

3 Utilização de serviços Internet

3 Utilização de serviços Internet	Portugal		UE
	classificação	pontuação	pontuação
IDES 2019	23	44,5	53,4
IDES 2018	23	42,8	50,7
IDES 2017	23	39,6	47,8

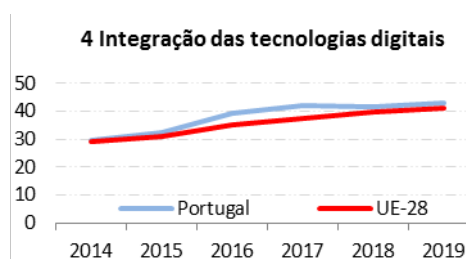


	Portugal			UE	
	IDES 2017	IDES 2018	IDES 2019		
	valor	valor	valor	classificação	valor
3a1 Pessoas que nunca utilizaram a Internet % pessoas	26 % 2016	22 % 2017	23 % 2018	26	11 % 2018
3a2 Utilizadores da Internet % pessoas	68 % 2016	71 % 2017	71 % 2018	25	83 % 2018
3b1 Notícias % Utilizadores da Internet	78 % 2016	80 % 2017	80 % 2017	13	72 % 2017
3b2 Música, vídeo e jogos % Utilizadores da Internet	83 % 2016	83 % 2016	83 % 2018	13	81 % 2018
3b3 Vídeo a pedido % Utilizadores da Internet	9 % 2016	9 % 2016	14 % 2018	22	31 % 2018
3b4 Videochamadas % Utilizadores da Internet	39 % 2016	44 % 2017	46 % 2018	22	49 % 2018
3b5 Redes sociais % Utilizadores da Internet	74 % 2016	76 % 2017	79 % 2018	8	65 % 2018
3b6 Redes sociais profissionais % Utilizadores da Internet	15 % 2015	16 % 2017	16 % 2017	13	15 % 2017
3b7 Cursos em linha % Utilizadores da Internet	6 % 2016	6 % 2017	6 % 2017	17	9 % 2017
3b8 Consultas e votações em linha % Utilizadores da Internet	14 % 2015	15 % 2017	15 % 2017	3	10 % 2017
3c1 Atividade bancária % Utilizadores da Internet	41 % 2016	42 % 2017	52 % 2018	23	64 % 2018
3c2 Compras % Utilizadores da Internet	43 % 2016	45 % 2017	49 % 2018	23	69 % 2018
3c3 Venda em linha % Utilizadores da Internet	11 % 2016	11 % 2017	11 % 2018	24	23 % 2018

Apesar de ter obtido uma pontuação global mais elevada em relação ao ano anterior, Portugal não registou progressos nesta dimensão e permanece na 23.^a posição entre os 28 Estados-Membros. A percentagem de pessoas que nunca utilizaram a Internet, que permaneceu estável em 2018, é o dobro da média da UE. Na mesma ordem de ideias, um número relativamente reduzido de portugueses utiliza a Internet pelo menos uma vez por semana: 71 % em comparação com 81 % para o conjunto da UE. A percentagem de utilizadores da Internet que utilizam a banca em linha cresceu significativamente, passando de 42 % em 2017 para 52 % em 2018, tal como a percentagem daqueles que fazem compras em linha (de 45 % para 49 %). Estes números continuam, no entanto, a ser inferiores à média da UE de 64 % e 69 %, respetivamente. Em contrapartida, as percentagens de portugueses utilizadores da Internet que utilizam redes sociais, participam em votações e consultas em linha e leem notícias em linha estão todas acima da média da UE.

4 Integração das tecnologias digitais

4 Integração das tecnologias digitais	Portugal		UE
	classificação	pontuação	pontuação
IDES 2019	11	42,8	41,1
IDES 2018	11	41,8	39,6
IDES 2017	11	41,8	37,6



	Portugal			UE	
	IDES 2017	IDES 2018	IDES 2019		
	valor	valor	valor	classificação	valor
4a1 Partilha de informações por via eletrónica	44 %	40 %	40 %	8	34 %
% empresas	2015	2017	2017		2017
4a2 Redes sociais	17 %	16 %	16 %	19	21 %
% empresas	2016	2017	2017		2017
4a3 Megadados	13 %	13 %	13 %	12	12 %
% empresas	2016	2016	2018		2018
4a4 Nuvem	11 %	14 %	16 %	15	18 %
% empresas	2016	2017	2018		2018
4b1 PME que vendem em linha	18 %	17 %	18 %	12	17 %
% PME	2016	2017	2018		2018
4b2 Volume de negócios do comércio eletrónico	12 %	13 %	15 %	5	10 %
% do volume de negócios das PME	2016	2017	2018		2018
4b3 Venda em linha transfronteiras	8 %	8 %	8 %	16	8 %
% PME	2015	2017	2017		2017

No que diz respeito à Integração das tecnologias digitais por parte das empresas⁵, Portugal ocupa o 11.º lugar na UE com uma pontuação global superior à média. O país registou progressos no que diz respeito à utilização de serviços de computação em nuvem por parte das empresas e, na sequência de melhorias ao longo do ano passado, a proporção de grandes empresas e de PME que vendem em linha é agora mais elevada do que no conjunto da UE. Regra geral, as PME portuguesas estão muito menos envolvidas na digitalização do que as suas congéneres de maior dimensão e, embora a cobertura dos dados relativos às microempresas (ou seja, as que têm menos de 10 trabalhadores) seja insuficiente, os dados disponíveis sugerem que estão significativamente atrasadas neste domínio. Por exemplo, em 2016, apenas 32 % das microempresas portuguesas tinham alguma forma de presença em linha e menos de 10 % fizeram negócios em linha, em comparação com percentagens muito maiores entre empresas com 10 trabalhadores ou mais⁶. Esta situação merece

⁵ Salvo indicação em contrário, os valores excluem as empresas do setor financeiro, bem como as empresas com menos de 10 trabalhadores.

⁶ Fonte: IDC, ACEPI (2017): Estudo Anual da Economia e da Sociedade Digital em Portugal.

especial atenção, considerando que as microempresas representam cerca de 41 % do emprego e 24 % do valor acrescentado em Portugal (em comparação com cerca de 30 % e 21 % para o conjunto da UE⁷).

Portugal está empenhado no desenvolvimento de tecnologias digitais inovadoras, nomeadamente através de investimentos estratégicos coordenados a nível da UE: é membro da Empresa Comum EuroHPC e assinou a Declaração da Parceria Europeia de Cadeia de Blocos e a Declaração sobre a cooperação em matéria de inteligência artificial (IA). Além disso, a implementação da estratégia Indústria 4.0 progrediu no último ano, tendo sido já lançadas 60 das 64 medidas inicialmente anunciadas.⁸ Por exemplo, o primeiro convite à apresentação de propostas no âmbito da iniciativa Vale i4.0 (baseada em vales) serviu para cofinanciar 340 projetos destinados a promover a adoção de tecnologias digitais pelas PME e pelas microempresas. O segundo convite prevê 3,4 milhões de EUR de incentivos. Os projetos elegíveis, que beneficiam de cofinanciamento através de fundos da UE, incluem os projetos em domínios como computação em nuvem, cibersegurança, inteligência artificial e analítica avançada, conteúdos Web e gestão das relações com os clientes, comércio eletrónico e mercados eletrónicos, otimização dos motores de pesquisa e analítica da Web⁹. Na mesma ordem de ideias, foram disponibilizados 100 milhões de EUR para projetos de produção ou para a aplicação de soluções no âmbito da estratégia Indústria 4.0 através da linha de crédito Capitalizar 2018.

As autoridades portuguesas apresentaram estimativas preliminares do impacto esperado da estratégia Indústria 4.0 até à data: 4.200 postos de trabalho e 700 milhões de EUR de exportações adicionais (para incentivos aprovados no total de 380 milhões de EUR). Estas estimativas sugerem que a continuação dos esforços no sentido de promover uma ação decisiva para ajudar as empresas portuguesas, independentemente da sua dimensão, a incorporar as tecnologias digitais nas suas atividades e processos de produção é suscetível de produzir efeitos.

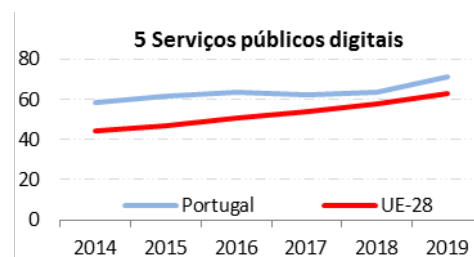
⁷ Fonte: Comissão Europeia (2018): Ficha de informação SBA de 2018 — Portugal

⁸ A segunda fase do programa Indústria 4.0 foi apresentada em abril de 2019.

⁹ <https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Sistemas-de-Incentivos/Industria-4-0/GuiaIndustria40-pdf.pdf.aspx?lang=pt-PT>

5 Serviços públicos digitais

5 Serviços públicos digitais	Portugal		UE
	classificação	pontuação	pontuação
IDES 2019	9	71,4	62,9
IDES 2018	9	63,7	57,9
IDES 2017	9	61,9	54,0



	Portugal				UE
	IDES 2017	IDES 2018	IDES 2019		IDES 2019
	valor	valor	valor	classificação	valor
5a1 Utilizadores de serviços de administração pública em linha % de utilizadores da Internet que necessitam de apresentar formulários	58 %	56 %	70 %	14	64 %
	2016	2017	2018		2018
5a2 Formulários pré-preenchidos Pontuação (0 a 100)	74	74	81	7	58
	2016	2017	2018		2018
5a3 Prestação integral de serviços em linha Pontuação (0 a 100)	96	98	99	2	87
	2016	2017	2018		2018
5a4 Serviços públicos digitais para empresas Pontuação (0 a 100) — incluindo serviços nacionais e transfronteiras	88	88	88	13	85
	2016	2017	2018		2018
5a5 Dados abertos % da pontuação máxima	ND	ND	51 %	23	64 %
			2018		2018
5b1 Serviços de saúde em linha % pessoas	ND	14 %	14 %	17	18 %
		2017	2017		2017
5b2 Intercâmbio de dados médicos % de médicos de clínica geral	ND	ND	63 %	8	43 %
			2018		2018
5b3 Prescrições eletrónicas¹⁰ % de médicos de clínica geral	ND	ND	ND		50 %
			2018		2018

Ao longo do último ano, Portugal realizou progressos significativos no que se refere à dimensão IDES de serviços públicos digitais e continua a ser um dos países da UE com melhores resultados neste domínio: ocupa o 9.º lugar entre os 28 Estados-Membros e apresenta uma pontuação global superior à média. Os níveis de interação em linha entre os utilizadores da Internet e as autoridades públicas aumentaram significativamente em comparação com 2017 e o desempenho do país está muito acima da média da UE no que se refere à prestação de serviços em linha e à quantidade de dados pré-preenchidos em formulários em linha de serviços públicos. Em contrapartida, há margem para melhorias em domínios como a utilização de dados abertos e a disponibilidade de serviços públicos

¹⁰Data has been removed due to potential inconsistencies.

digitais para as empresas (onde os progressos estão a estagnar)¹¹. Cerca de 14 % dos cidadãos do país utilizaram serviços de saúde em linha (por exemplo, consultas em linha) em 2017, em comparação com uma média de 18 % na UE. Por sua vez, 63 % dos médicos generalistas declararam ter trocado dados médicos em linha em 2018 (média da UE de 43 %).

A Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública, que decorre até 2020, tem três eixos principais: integração e interoperabilidade, inovação e competitividade e partilha de recursos. Procura promover a utilização das TIC para a simplificação administrativa e a melhoria do serviço público. É provável que o aumento da utilização dos serviços de administração pública em linha esteja relacionado com os esforços de Portugal para alargar a rede de Espaços Cidadão, que proporcionam acesso e apoio com serviços em linha (estão em atividade mais de 500 destes espaços, oferecendo cerca de 200 serviços públicos¹²), bem como com a crescente utilização da chave móvel digital, para a autenticação eletrónica¹³. Além disso, os serviços públicos de emprego portugueses introduziram recentemente uma interface em linha de «balcão único» para os candidatos a emprego e os empregadores (IEFPonline), que permite aos utilizadores obter respostas completas a perguntas à distância. Embora existam planos para uma efetiva conectividade interinstitucional e a partilha de informações (o projeto de lei do orçamento de 2019 prevê uma nova ligação entre os serviços de emprego e de saúde), alguns elementos, como a aplicação de acordos de integração no emprego em domínios como a saúde, a educação ou a ação social, estão ainda em fase de desenvolvimento. A segunda cimeira anual portuguesa em matéria de saúde em linha (*eHealth summit*), um dos maiores eventos da Europa neste domínio, teve lugar em Lisboa em março de 2018. Assinala o empenho de Portugal na promoção da saúde em linha como parte dos esforços do país para modernizar os serviços públicos. A edição de 2019 da Portugal *eHealth Summit* será realizada em conjunto com a conferência da Sociedade Internacional de Telemedicina & Saúde em linha (ISfTeH)¹⁴.

Portugal está também a envidar esforços consideráveis com vista a promover abordagens inovadoras baseadas nas tecnologias digitais para a prestação de serviços públicos. Em outubro de 2018, as autoridades portuguesas apresentaram 15 projetos de investigação destinados a aplicar a inteligência artificial e a ciência dos dados no trabalho das administrações públicas. Serão disponibilizados 3,8 milhões de EUR através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para estes projetos, que fazem parte do eixo 5 da iniciativa INCoDe.2030 (*Pesquisa*) e cobrirão domínios como a educação, cultura, mobilidade e ordenamento do território¹⁵. Além disso, em abril de 2018, a Agência para a Modernização Administrativa de Portugal lançou o *GovTech*¹⁶, um concurso para empresas em fase de arranque que servirá para apresentar protótipos funcionais de produtos e

¹¹ As autoridades nacionais esperam que mais serviços públicos para as empresas estejam em breve disponíveis para outros Estados-Membros, nomeadamente graças à melhoria dos sistemas de reconhecimento transfronteiras.

¹² <https://www.ama.gov.pt/web/agencia-para-a-modernizacao-administrativa/espaco-cidadao>

¹³ <https://www.autenticacao.gov.pt/stats-chave-movel-digital>

¹⁴ <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/conference-international-society-telemedicine-and-ehealth-portugal-ehealth-summit>

¹⁵ Para mais informações, consultar <https://www.incode2030.gov.pt/destaque/governo-promove-boas-praticas-de-utilizacao-de-inteligencia-artificial-na-administracao-publica>

¹⁶ Mais informações, incluindo a lista dos projetos vencedores, disponíveis em <https://govtech.gov.pt/>

serviços que contribuam para a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas¹⁷.

Portugal está a adotar medidas relevantes para continuar a modernizar os serviços públicos com a ajuda de tecnologias digitais e é um dos líderes da UE neste domínio. No entanto, é improvável que a percentagem relativamente grande da população portuguesa que não utiliza a Internet ou que o faz raramente venha a beneficiar dos serviços públicos digitais do país.

¹⁷ Este concurso envolve a utilização de tecnologias de cadeia de blocos («blockchain»).